

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

**Gaza, ano zero: as raízes do
Holocausto palestino
[parte 15]**



Bernardo Kocher

<http://centrovictormeyer.org.br/>

Gaza, ano zero: as raízes do Holocausto palestino [parte 15]

Bernardo Kocher

Prof. História Contemporânea
Universidade Federal Fluminense

[Opera Mundi](#) - 25 de outubro de 2024

Desfile militar do Dia do Exército do Irã em Isfahan, em abril de 2017; (Foto: Fars News Agency / Wikimedia Commons)

Tal como se encontra a situação política atual, o país persa é o único com condições de se interpor entre a *pax israelensis* e os demais países vizinhos

Estamos próximos do anunciado ataque do Estado sionista e seus aliados europeus e EUA à República Islâmica do Irã. Mesmo que não se saiba ainda o momento exato desta agressão, já paira no ar nos meios de comunicação e pronunciamentos das autoridades diretamente envolvidas sinais de que o início do ataque é iminente. Existem sinais claros de que todos os preparativos materiais, tanto da agressão ao país persa quanto da defesa do Estado sionista à resposta iraniana, foram adequadamente equacionados. Não restam divergências sobre quais os alvos e meios a serem utilizados no futuro ataque. As decisões mais cruciais de logística para alcançar os objetivos pré-determinados já se sedimentaram em planos concretos.

Mesmo o vazamento dos detalhes que foram acordados pelo Estado sionista e EUA, que previa a ação em 15 e 16 de outubro, adiaram a ação, mas produziram a percepção clara de se fazia mais do que necessário informar ao público o que irá efetivamente ocorrer. Intuímos que esta aparente indevida divulgação não acordada do que fora combinado entre as partes atacantes reflitam, como ocorreu em outros episódios, uma manifestação do *deep state* norte-americano. Esta comunicação para o público exterior de documentos ultrassecretos indicaria que, face à posição irredutível do Estado sionista (contra a posição do governo Biden) em tornar toda a infraestrutura iraniana em alvo legítimo (inclusive as instalações nucleares e os poços de petróleo), que as eleições norte-americanas têm prioridade sobre as necessidades imediatas da *pax israelensis*. Ou seja, um eventual ataque com resultados politicamente desastrosos poderia influenciar o resultado das eleições nacionais norte-americanas que se realizarão em 5 de novembro. Daí, talvez, o sinal enviado seja o de que o ataque está liberado, mas somente após o pleito. Outra versão sobre o vazamento indica que ele foi intencional e pactuado pelos que vão bombardear o Irã. Nesta visão, o alerta dado provocaria uma movimentação em solo do poder militar deste país, o que forneceria informações confiáveis sobre a posição dos equipamentos voltados para a defesa aérea iraniana.

Em termos de nosso tema central nesta série de artigos aqui no Opera Mundi, esta confrontação que se anuncia, com o provável estabelecimento de uma guerra regional, nos parece ser crucial. As autoridades sionistas têm insistido assertivamente que toda a estrutura que o islã político utiliza para contestar as agressões do sionismo contra o povo palestino, e agora ao povo libanês, são provenientes de *proxies* (Hamas e Hezbollah) mantidos pelo Irã. A estratégia foi construída para produzir fragilidades (por pequenas que sejam) no imenso poderio militar do Estado sionista. Daí, espera-se que em algum momento no futuro haverá uma fenda maior na defesa e/ou na vida social do Estado sionista, produzindo desgaste que poderia levar a algum eventual erro que possa ser cometido pelo aparelho militar dos sionistas. Hamas e Hezbollah possuem tensões próprias e intrínsecas na sua confrontação com o sionismo, mas articulam-

se política e materialmente à política externa iraniana, compondo-se na confrontação regional contra o sionismo externo.

Parte significativa de nosso ponto de vista do que representa o Irã para o contexto da aplicação da política social genocida que está sendo praticada pelo contra o povo palestino foi analisada em artigo anterior a este. É saliente em nossa visão sobre o assunto que todo um conjunto de relações políticas internacionais que afetam a região dependem, do ponto de vista do Estado sionista, de um enfrentamento claro e aberto com a política externa iraniana para o mesmo contexto regional. Trata-se, numa linguagem gramsciniana, de um confronto de dois hegemonias. Anteriormente definimos que existiria uma visão “geo-sionista” projetada para a consecução de uma obra de aplacamento definitivo da oposição à dominação sionista sobre o Oriente Médio. Este é, em nosso entendimento, o papel que é atribuído ao Estado sionista pelo chamado Ocidente coletivo, notadamente pelos EUA. Mais uma vez consideramos: o Estado sionista é um instrumento sub-imperialista do imperialismo “maior” dos EUA e da Europa Ocidental.

O intento do “geo-sionismo” é o de constituir na região uma projeção de poder para controlar, direta ou indiretamente, os demais Estados Nacionais do Oriente Médio. Egito, Jordânia, Marrocos, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Bahrein já se encontram incorporados nesta espécie de “pacto” pró-hegemônico em favor do sionismo. Eles lidam com a delicadíssima relação com o Estado sionista operando em diferentes níveis de aceitação, adesão e/ou questionamentos do papel deste no Oriente Médio. Palestina, Líbano, Síria e Irã não aderiram a esta concertação. Estes quatro atores possuem focos de tensão contra o hegemonismo sionista oriundo de governos ou de grupos políticos internos a estes Estados Nacionais que, grosso modo, possuem a orientação do islã político. Os dois primeiros países, tomando-se em conta um eventual Estado palestino, estão sob imensa pressão dos ataques da aviação e de tropas terrestres dos sionistas. A Síria está em uma guerra civil inconclusa desde que a Primavera Árabe (2011) eclodiu naquele país. Sua integridade territorial está profundamente abalada e, por isto, o poder de um governo central não se faz efetivo como em um Estado Nacional com vida cotidiana normalizada. Até

mesmo uma base militar norte-americana, sem autorização do governo sírio, está instalada, com cerca de novecentos soldados em solo sírio.

O Irã possui uma dinâmica muito própria e definidora de todo este conjunto complexo de relações anti-sistêmicas no Oriente Médio. Possuindo um Estado Nacional sólido e consolidado, com uma burocracia de Estado com eficácia administrativa e unidade política, com reservas consideráveis de petróleo e um parque industrial razoavelmente atualizado, ele é um forte candidato a se converter numa espécie de “Alemanha do Oriente Médio”. Esta posição de autonomia de sua produção industrial, estimulada pelos obstáculos de embargos econômicos e viabilizada por políticas estatais, perdura há quarenta anos. A hostilidade continuada ao poder exercido por um sistema político orientado pela religião forçou o Irã a implementar uma política de defesa adaptada às suas necessidades: se preparar em território externo para defender sua soberania e autonomia. Suas relações com a Europa ocidental são frias e expostas às intempéries das contínuas crises por que passa o Oriente Médio e a adesão majoritária da União Europeia à *pax israelensis*. Com China e Rússia, também membros de uma espécie de “eixo” contra-hegemônico, as relações econômicas são muito boas e as políticas normais. Em termos de defesa militar conjunta, sabemos que existe intercâmbio de equipamentos, mas não há precisão de até onde os dois gigantes econômicos irão se envolver para defender o Irã no conflito regional que se anuncia. Sabe-se da existência de fornecimento de produtos militares (drones, munição balística, radares e sistemas de defesa aérea) mas não há conhecimento público preciso do poder militar que foi transferido para o país persa pelos dois parceiros. Avaliamos que as limitações da guerra na Ucrânia e as tensões sobre os destinos de Taiwan inibem que China e Rússia se transformem no curto prazo em atores proativos no Oriente Médio.

Sendo assim, o Irã encontra-se sozinho no contra-hegemonismo contido na *pax israelensis*. Não consideramos que ele possua necessidade de se embrenhar em formar um projeto hegemônico próprio, pautado por uma espécie de “pan-xiismo”. É preciso aqui delimitarmos com mais precisão a razão desta situação.

Como exportador de primeira linha de energia fóssil, a economia iraniana é capaz de produzir superávits na balança comercial e de pagamentos. Este poder é transferido diretamente para o desenvolvimento de uma variante de “capitalismo organizado”, na mesma chave do que foi descrito por Rudolf Hilferding [1] para as condições econômicas alemãs no século XIX. Em termos de economia política, diríamos que este superávit oriundo da renda obtida com a venda de petróleo pode estar sendo utilizado para compensar a “tendência decrescente da taxa de lucros”, tal como definida por Marx. Por outro lado, os aportes financeiros de seu comércio externo são a base da formulação de políticas públicas indutoras da industrialização, da produção de armamentos, do desenvolvimento tecnológico, da estabilidade macroeconômica, etc. A Guarda Revolucionária é, neste contexto, um instrumento potente do Estado iraniano em desenvolver esta organização econômica, sem afetar diretamente os interesses corporativos da burguesia. Tal insulamento dá ao Estado e suas políticas industriais e de defesa uma estruturação sólida e independente do mercado, permitindo a contínua produção de bens e serviços voltados para a defesa e soberania do Estado.

Tal como se encontra a situação política atual, o país persa é o único com condições materiais e imateriais de se interpor entre a *pax israelensis* e os demais países vizinhos, pois possui projeção de poder militar (via mísseis e drones) o suficiente para sustentar a formulação e implementação de um projeto político sólido oposto ao que pretende o sionismo externo. Dada esta característica de ser um *hegemon* regional em posição de defesa – já que não desenvolve um projeto hegemônico a altura de seu poderio econômico e militar, dentre eles a produção de uma bomba atômica, por motivos religiosos –, indicamos que, no caso iraniano, em contraposição ao “geo-sionismo”, desenvolveu-se nos últimos quarenta anos o “geo-xiismo”. Neste caso, entendemos que esta percepção não envolve, até o presente momento, um projeto expansionista e imperialista, mas uma ação de defesa da soberania e autonomia do Estado Nacional iraniano.

No Irã não poderá ser acionada uma política social genocida, tal como ocorre na Faixa de Gaza e no Líbano. Lá o islã político

possui distância física razoável dos agressores, o que impede a entrada de tropas terrestres. Mesmo assim, a sinergia entre o que está para ocorrer obedece à mesmíssima lógica de tentar combater o islã político através da Doutrina Dahyia. Ou seja, o ataque que virá tem a intenção de promover a destruição física (como diriam os sionistas: “levar o país para a idade das pedras”) com vistas a produzir algum tipo de modificação na estrutura de poder que governa o país. Apesar de distante, esta possibilidade algo delirante deve ser tomada a sério. Somente com a consecução do ataque, e posteriormente do contra-ataque iraniano, é que poderemos avaliar o quão sólida é a posição do Irã neste confronto de *hegemons*.

Na Faixa de Gaza continua o processo de limpeza étnica, agora focado na aplicação de muita atenção para a parte norte, da fronteira com o Estado sionista até o Corredor Netzarim. Focamos anteriormente nesta área a que se dedicará o Estado sionista, no sentido de implantar o complexo militar/assentamentos/econômico, eliminando o mais possível aglomerações humanas não pertencentes ao projeto sionista. A tripla função atribuída pelos invasores a esta larga área – a de moradia, a de instalação de recursos militares e de proteção do eventual futuro Canal Ben Gurion –, está em franco desenvolvimento, produzindo o horrível massacre que ora está em marcha. O foco é o acampamento de Jabalia, que está isolada e sem acesso a recurso materiais para a sobrevivência da população e de comunicação. É o “genocídio dentro de um genocídio” que, para a surpresa de zero pessoa, são expostas com muito júbilo por muitos de seus agentes (os soldados) em vídeos postados em plataformas de comunicação social. Chama a atenção de qualquer pessoa crítica à política social genocida ora em curso o prazer com que esta tarefa de eliminação da vida alheia e de condições de infraestrutura para a sua existência é apresentada por homens jovens. Dentro desta gente má haverá muitos que comporão a futura geração de líderes sionistas.

No Líbano, dada as especificidades da luta de extermínio contra o Hezbollah, também está em curso a estratégia de “destruição antes da luta” que a Doutrina Dahyia implantou. Também ali o trabalho perfeito da inteligência infiltrada no campo produz resultados efetivos na detecção de alvos físicos e lideranças dos

grupos políticos em confronto com a invasão sionista. Também ali a utilização de farto aparato de inteligência (drones, bombas guiadas, software de reconhecimento) está em plena execução. Mas também ali existe a resistência à invasão do seu território e a solidariedade com a Faixa de Gaza.

Pouca viabilidade existe no momento de que a pretensão do Estado sionista em fazer “*state building*”, instituindo um presidente da República (cargo ora vago) pró EUA e Estado sionista. A pretendida construção de uma oposição ao islã político “por dentro” do Estado libanês não aparece no horizonte de curto prazo como uma solução que permita colocar o sionismo externo numa zona de conforto. A visita do representante diplomático norte-americano, Amos Hochstein, em 21 de outubro, oferecendo uma proposta de paz ao presidente do Parlamento, o xiita Nabi Berri, expôs a verdadeira agenda EUA-sionismo para o Líbano. A formação de um Estado laico e pró-ocidente e, de imediato, a adoção de uma nova pactuação, a adoção da resolução da ONU 1.701 (de 2006) acrescida com mais exigências sobre o esvaziamento do sul do Líbano de forças paramilitares. A chamada “1.701 *plus*” também traz a exigência de espaço aéreo libanês franqueado para voos da força aérea sionista.

Como não conseguem entrar com tropas terrestres no sul do país, a prática da Doutrina Dahyia fornece uma sensação de vitória (nada desprezível) ao sionismo externo. Assim que a rejeição do presidente do parlamento libanês à proposta trazida pelo enviado do governo dos EUA se concretizou, iniciou-se um pesado bombardeamento dos bairros onde vive a população xiita não vinculada ao Hezbollah, mas ao partido AMAL, do qual Nabi Berri é ligado.

Este cenário não poderá ser replicado com o Irã. A possibilidade de estabelecer algum tipo de dissuasão contra o poder quase ilimitado da aliança “ocidente coletivo + EUA + Estado sionista” dependerá da capacidade militar, econômica, política e social do governo iraniano em manter unidos suas capacidades estratégicas acumuladas nos últimos quarenta anos e sua população.

* * *

Notas:

[1] HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro. São Paulo, Nova Cultural, 1985.